



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Ofício Nº :65/2021
Assunto : Encaminha Projeto de Lei
Data : Miravânia/MG, 14 de abril de 2021

Exsccelentíssima Senhora Presidente,

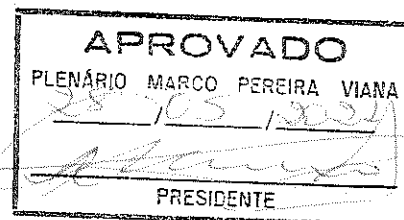
Encaminhamos em anexo **MENSAGEM** e **PROJETO DE LEI**, que dispõe sobre as **DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022**.

Observados os requisitos legais, aguardo aprovação pelos membros desta colenda casa legislativa.

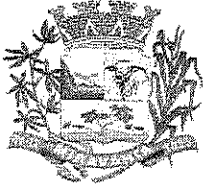
Atenciosamente,


Elzio Mota Dourado
Prefeito Municipal

Exma. Sra.
ELZENICE GOMES DOURADO
Presidente da Câmara de Vereadores
Miravânia – Minas Gerais



15 04 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



MENSAGEM

Excelentíssimos(as) Senhores(as),

Vereadores e Presidente da Câmara Municipal de Miravânia:

Para os efeitos legais, submeto a deliberação dessa egrégia casa legislativa a seguinte matéria:

PROJETO DE LEI:

Ementa: “Dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”

JUSTIFICATIVA:

Em anexo encaminho o Projeto de Lei para atender ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, as normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como nos dispositivos da Lei Orgânica do Município.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivo nortear a formulação do planejamento das ações governamentais e orientar durante a execução orçamentária do exercício financeiro de 2022, sendo peça fundamental e indispensável para a Administração Pública.

Excepcionalmente nesse exercício, por se tratar do primeiro ano do mandato, não será encaminhado o anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal, que serão definidas quando da elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período 2022-2025, o qual tem o prazo constitucionalmente previsto de até o dia 31/08/2021 para ser encaminhado à Câmara Municipal.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022 é apresentado com as metas de receita, despesa, resultado primário e resultado nominal, abrangendo o orçamento fiscal e da seguridade social, como também a programação dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA

Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias estão estabelecidas as metas anuais em valores correntes e constantes, relativos a receitas, despesas, resultado primário e nominal, montante da dívida pública e Anexo de Riscos Fiscais para o exercício financeiro de 2022.

As projeções fiscais utilizadas no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 tomaram como base a arrecadação dos três últimos exercícios, como também as projeções para o cenário macroeconômico do país, extraídos de fontes oficiais¹: Foram considerados para o exercício de 2022 a previsão da evolução do PIB em 2,34%, a previsão inflacionária com base no IPCA em 3,51%, a taxa de Juros em 6,00% e câmbio em R\$/US\$5,26, enquanto que para o exercício de 2023 foram considerados a previsão da evolução do PIB em 2,50%, a previsão inflacionária com base no IPCA em 3,25%, a taxa de Juros em 6,50% e câmbio em R\$/US\$5,00, com os valores arredondados na casa de 1.000,00.

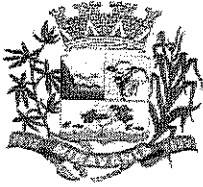
É esperado que as ações de combate à COVID-19 venham a gerar perdas na arrecadação em todos os Entes Federados, o que implicará em uma crise econômica.

No entanto, quando da elaboração futura do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022, será possível ter uma estimativa mais realista dos efeitos negativos causados pela COVID-19, o qual poderá ser revisado a tempo e oportunamente.

Para as demais receitas foram considerados os parâmetros econômicos estipulados no presente Projeto de Lei, levantados quando da inclusão de receitas e despesas pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. As possíveis frustração de receita serão estimadas no Anexo de Riscos Fiscais.

Os Municípios já têm convivido nos últimos anos com frustração de receitas, que comprometem a gestão administrativa. E o município é o ente federado mais prejudicado, considerando que é o menos favorecido na partilha de recursos e o

¹ BRASIL, Banco Central. FOCUS - Relatório de Mercado, 26 de março de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



responsável por oferecer um conjunto significativo de obras e serviços para atendimento das demandas da sociedade.

Por todo o exposto e, considerando a relevância da matéria veiculada através da presente proposição, solicito aos ilustres *Edis* a sua aprovação.

Oportunidade que me coloco à disposição dos nobres senhores para quaisquer esclarecimentos pertinentes e necessários à elucidação de dúvidas referentes ao projeto de lei em apreço.

Prefeitura Municipal de Miravânia, 14 de abril de 2021.


Elzio Mota Dourado
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Projeto de Lei nº ____/2021.

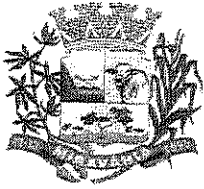
“Dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”

O Povo do Município de Miravânia, Estado de Minas Gerais, por seus representantes à Câmara Municipal aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, nas normas da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Miravânia relativo ao exercício de 2022, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição de despesas consideradas irrelevantes;

XIII – disposições sobre a dívida pública;

XIV – disposições sobre o orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta;

XV – das disposições gerais e finais.

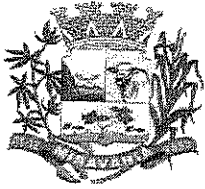
Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2022, as Metas e Prioridades da Administração Municipal serão definidas quando da elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período 2022-2025, o qual será encaminhado à Câmara Municipal até o dia 31/08/2021.

§ 1º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* desse artigo.

§ 2º - As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2022, definidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022 – 2025, terão precedência na alocação de recursos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



na Lei Orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 3º - O projeto de Lei Orçamentária para 2022 conterá demonstrativo de observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II

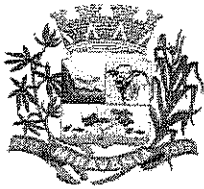
Orientações gerais para elaboração e estrutura da Lei Orçamentária Anual

Art. 3º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022 deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, promovendo a participação popular nos termos do artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo Único - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, os Poderes Executivo e Legislativo e as Entidades da Administração Indireta deverão implantar e manter atualizado sítio eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações exigidas pelas leis federais 131/2009 e 12.527/2011, como também devem publicar o Relatório de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 4º - As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e especificação das fontes e destinação de recursos, observando as Portarias SOF/STN nº 42/1999 e nº 163/2001 com suas alterações posteriores e a Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

Art. 5º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022, a despesa será discriminada no mínimo por categoria econômica,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, além da especificação das fontes e destinação de recursos, de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária deve ser observada a estrutura organizacional do Município.

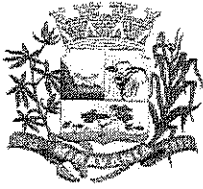
Art. 6º - O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 7º - O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I – texto da lei;
- II – documentos referidos nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;
- III – quadros orçamentários consolidados;
- IV – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

- I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento ao disposto na Emenda à Constituição da República nº 29, de 13/09/2000;

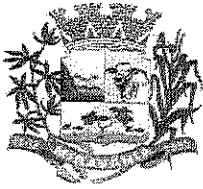
V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 8º - As estimativas de receitas e a fixação de despesas para o exercício de 2022 a serem consideradas nos Anexos de Metas Fiscais, deverão obedecer às diretrizes constantes desta Lei e poderão ser adequadas às possíveis variações que possam ocorrer até a elaboração da proposta orçamentária.

§ 1º - Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* do artigo, os ajustes necessários serão realizados preferencialmente no valor da Reserva para Contingenciamento.

§ 2º - O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como das alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidos nesta lei.

Art. 9º - O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao setor de planejamento do Poder Executivo, até o dia 31/07/2021, suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas especificações das fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 - A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação do Setor Jurídico do Município.

Art. 12 - Na fixação das despesas para o exercício de 2022, será assegurada a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% (quinze por cento) nas ações e serviços públicos de saúde.

Subseção Única

Da definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência;

Art. 13 – A Lei Orçamentária conterá dotação para a reserva de contingência de até 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais, observado o disposto nos arts. 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e no art. 8º da Portaria Interministerial 163 de 2001.



Seção III

Disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

Art. 14 - A despesa com pessoal do Município não poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do total da receita corrente líquida.

Art. 15 - A repartição do limite constante do artigo anterior não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

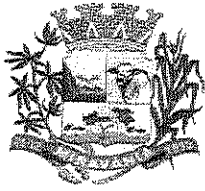
IV – decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Art. 16 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000, a adoção de medidas não deverá prejudicar o atendimento à saúde, educação e assistência social do Município.

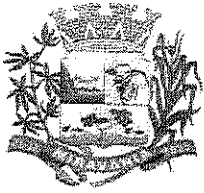
Art. 17 - Se a despesa com pessoal atingir o nível de 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estipulados para cada Poder, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Art. 18 - Desde que obedecidos os limites para gastos com pessoal, definidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, os Poderes Municipais, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar remuneração dos Servidores e Subsídios dos Agentes Políticos, conceder vantagens fixas e variáveis, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma disposta em lei.

Art. 19 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso sejam ultrapassados os limites estabelecidos no artigo 15 desta Lei:

- I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
- IV – exoneração dos servidores não estáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Seção IV

Disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município

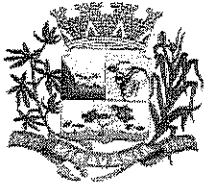
Art. 20 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas ou vinculados a programas sociais do Município, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, conforme art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 21 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme art. 14, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 23 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão.

III – aperfeiçoamento dos processos administrativo-tributários, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 24 - A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

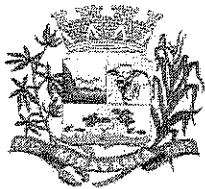
I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Sobre Imóveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

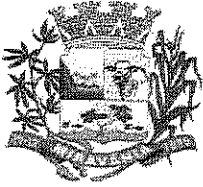
Art. 25 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Equilíbrio entre receitas e despesas

Art. 26 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superavit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 27 - Os projetos de Lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município para o exercício de 2022 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição das receitas ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2024, demonstrando a memória de cálculo respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Parágrafo Único - Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28 - As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a) A implantação das medidas previstas nos arts. 23 e 24 desta Lei;
- b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c) Chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

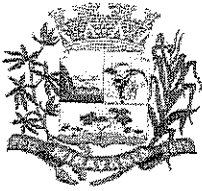
II – para redução das despesas:

- a) Implantação de rigorosa pesquisa de preço, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Critérios e formas de limitação de empenho

Art. 29 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2022, prioritariamente nas seguintes despesas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinados a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

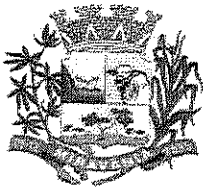
§1º - Excluem-se do *caput* desse artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida e com os precatórios judiciais.

§ 2º - O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 4º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2021.

§ 5º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Seção VII

Normas relativas ao controle de custos e a avaliação de resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 30 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação de resultados dos programas de governo.

Art. 31 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - A Lei Orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo".

§ 2º - Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º - O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo, pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e ou cultural;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, que deve ser emitido por autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

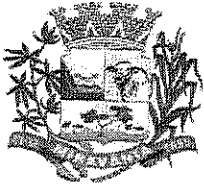
Art. 33 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de auxílios e contribuições para entidade pública e/ou privada, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, segurança pública, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações de promoção municipal e/ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 34 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades públicas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial ou agropecuário.

Art. 35 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferências financeiras a outro ente da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesse local, observado as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36 - As entidades beneficiadas com os recursos e as entidades previstas nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo e Poder Legislativo com finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

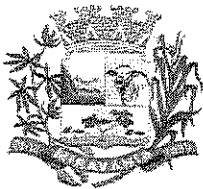
Art. 37 - As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 32 a 34 desta Seção deverão ser em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação ou convênios, observadas as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal 13.019/2014.

§ 1º - Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º - É vedada a celebração de convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação com entidades em situação irregular com o Município em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º - Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 38 - É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Parágrafo único - As normas do *caput* deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde, ou a pessoas físicas constantes do cadastro de assistência social do Município.

Art. 39 – Fica autorizada a transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os Órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, limitados ao valor das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo Único - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Seção IX

Autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação

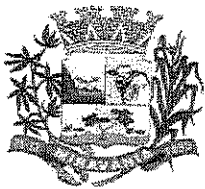
Art. 40 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam, claramente, o interesse local.

Parágrafo único - A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio.

Seção X

Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso

Art. 41 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 com vistas ao cumprimento das metas de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

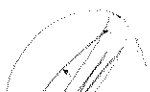
II – o cronograma mensal de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento, agrupadas por grupo de natureza de despesa;

III – o cronograma de pagamentos mensais de despesas incluídos os restos a pagar, esses últimos identificados em processados e não processados, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º – Para atender ao *caput* deste artigo, o Poder Executivo elaborará demonstrativo contendo:

I - a previsão de arrecadação da receita desdobrada em metas bimestrais, classificadas em dois grupos - receitas de natureza financeira, que reúne aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de bens, e receitas não-financeiras, reunindo as demais receitas do orçamento;

II - o cronograma bimestral de realização das despesas orçamentárias (liquidação), classificadas em despesas financeiras, as que correspondem ao pagamento dos Juros e Encargos da Dívida, Concessão de Empréstimos, Aquisição de Título de Capital já Integralizado e Amortização da Dívida, e despesas não-financeiras, as demais despesas do orçamento agrupadas por grupo de natureza de despesa;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



III - o cronograma de pagamentos mensais de despesas, incluídos os Restos a Pagar, esses últimos identificados em processados e não processados;

IV - a previsão de resultados primários, desdobrada por bimestre, de forma a garantir o cumprimento da meta estabelecida nesta lei.

§ 3º - O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão ou local oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2022.

Seção XI

Da definição de critérios para início de Novos Projetos

Art. 42 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

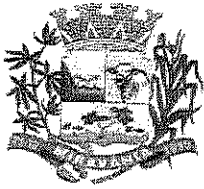
I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual 2022-2025 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas aos projetos em andamento forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos.

Parágrafo único - Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



proposta orçamentária para 2022, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício subsequente.

Seção XII

Da definição das despesas consideradas irrelevantes

Art. 43 - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.

Seção XIII

Das disposições sobre a dívida pública

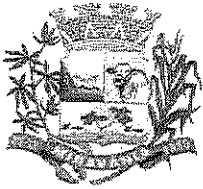
Art. 44 - A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 45 – Na Lei Orçamentária para o exercício de 2022, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 46 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

Art. 47 – A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação da receita – ARO, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Seção XIV

Disposições Sobre o Orçamento do Poder Legislativo e da Administração Indireta

Art. 48 - As despesas do Poder Legislativo e da Administração Indireta constarão da proposta orçamentária para o exercício de 2022, em programa de trabalho próprio, detalhado, conforme aprovado em Resoluções do órgão colegiado específico, observando o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 49 - A Câmara Municipal e os Órgãos da Administração Indireta enviarão mensalmente ao Poder Executivo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês as suas respectivas demonstrações contábeis para serem consolidadas na Prefeitura Municipal, e posteriormente publicadas para efeito da Prestação de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, e geração da Matriz de Saldos Contábeis em atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 1º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal para consolidação deverão estar de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) que é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, e alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

§ 2º - Serão também enviados juntamente com as demonstrações contábeis para consolidação, relatório contendo as informações que serão enviadas ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



TCE/MG no módulo SICOM – Balancete Contábil, de acordo com a Instrução Normativa TCE/MG 03/2015.

§ 3º - As demonstrações contábeis a serem enviadas à Prefeitura Municipal pelos consórcios públicos constituídos de acordo com a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 deverão refletir as normas gerais de consolidação das contas dos consórcios determinadas pela portaria 72, de 01 de fevereiro de 2012 expedida pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional).

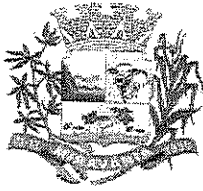
Art. 50 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar o percentual estabelecido no Inciso I, do artigo 29-A, da Constituição Federal, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências prevista no § 5º, do Art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§1º - Em conformidade com o inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal, redação atualizada pela Emenda Constitucional nº 58, de 23/09/2009, o percentual destinado ao Poder Legislativo para cobertura de suas despesas totais, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento).

§2º - É vedado o repasse para atender despesas estranhas às atividades legislativas e superiores ao limite constante do *caput* do artigo.

§3º - O Poder Legislativo não poderá gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo os gastos com o subsídio dos vereadores.

§4º - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município, obedecendo ao que determina o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



Seção XV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 51 - As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, por meio de decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 52 - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual para 2022 conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 53 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme dispostos no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/1964.

Art. 54 - Fica o Executivo Municipal autorizado a fazer a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, justificadamente, de acordo com as disposições constantes do art. 167, VI da Constituição Federal.

Art. 55 - Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar ou acrescentar as fontes/destinação de recursos nas categorias de programação orçamentárias vigentes para o exercício financeiro de 2022, quando estas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



fontes/destinação de recursos não estiverem sido previstas ou seu valor se tornar insuficiente nas categorias de programação constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 56 – Juntamente com a sanção da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo Municipal discriminará o Quadro de Detalhamento das Despesas no qual serão informados os elementos de despesas que serão utilizados durante a execução orçamentária de 2022.

Parágrafo Único: Durante a execução orçamentária de 2022, o Poder Executivo poderá promover por ato próprio alterações de valores ou acréscimo de elementos no Quadro de Detalhamento das Despesas do Município.

Art. 57 - Em cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao regime de previdência dos servidores municipais.

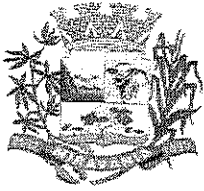
Art. 58 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 59 - As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2022 deverão ser compatíveis com os programas, ações, metas e objetivos constantes do Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



- b) serviço da dívida;
- c) dotações financiadas com recursos vinculados;
- d) dotações referentes à contrapartida.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

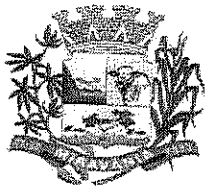
§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual não poderão contemplar a transferência de recursos a entidades privadas com fins lucrativos.

§ 4º - Ao projeto de lei do orçamento anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço, sendo necessário a apresentação de projeto básico que comprove a viabilidade técnica e financeira para sua execução.

Art. 60 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 61 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivadas por insuficiência de tesouraria.

Art. 62 - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2022, fica o Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) por mês das dotações orçamentárias correntes constantes da proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
Estado de Minas Gerais
CNPJ:01.612.491/0001-94



§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

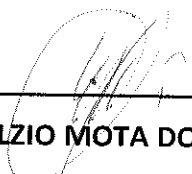
Art. 63 - Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

Art. 64 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miravânia, 14 de abril de 2021.



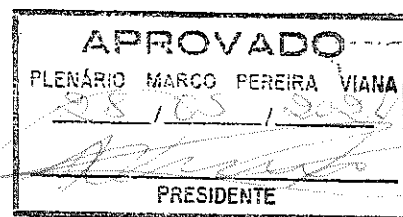
ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVANIA

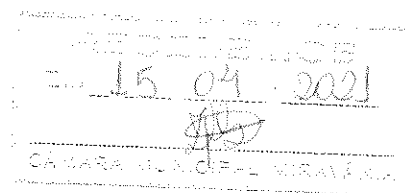
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



EXERCÍCIO DE 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO I - METAS ANUAIS art.4º, §1º da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB (a X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB (b X 100) (PIB X 1000)	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB (c X 100) (PIB X 1000)
Receita Total	27.384.000,00	26.455.414,94	--	29.032.000,00	27.193.705,51	--	30.699.000,00	27.905.644,94	--
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria(I)	484.000,00	467.587,67	--	512.000,00	479.580,37	--	540.000,00	490.864,47	--
Receitas de Contribuições(II)	173.000,00	167.133,61	--	184.000,00	172.349,19	--	195.000,00	177.256,61	--
Receitas de Transferências Correntes(III)	21.351.000,00	20.626.992,56	--	22.636.000,00	21.202.697,64	--	23.940.000,00	21.761.658,03	--
Receitas Correntes(IV)	259.000,00	250.217,37	--	274.000,00	256.650,43	--	289.000,00	262.703,39	--
Receitas Primárias de Capital(V)	4.854.000,00	4.689.401,99	--	5.150.000,00	4.823.904,08	--	5.446.000,00	4.950.459,05	--
Receitas Primárias(A)=(I+II+III+IV+V)	27.121.000,00	26.201.333,20	--	28.756.000,00	26.935.181,72	--	30.410.000,00	27.642.941,55	--
Despesa Total	27.384.000,00	26.455.414,94	--	29.032.000,00	27.193.705,51	--	30.699.000,00	27.905.644,94	--
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais(VI)	12.308.000,00	11.890.638,59	--	13.059.000,00	12.232.109,40	--	14.130.000,00	12.844.286,88	--
Outras Despesas Correntes(VII)	8.981.000,00	8.676.456,38	--	9.529.000,00	8.925.627,58	--	10.019.000,00	9.107.353,88	--
Despesas Primárias de Capital(VIII)	5.411.000,00	5.227.514,25	--	5.741.000,00	5.377.482,20	--	5.840.000,00	5.308.608,31	--
Despesas Primárias(B)=(VI+VII+VIII)	26.700.000,00	25.794.609,22	--	28.329.000,00	26.535.219,18	--	29.989.000,00	27.260.249,07	--
Resultado Primário(C)=(A-B)	421.000,00	406.723,99	--	427.000,00	399.982,53	--	421.000,00	382.692,48	--
Resultado Nominal	300.000,00	289.827,07	--	-100.000,00	-93.668,04	--	50.000,00	45.450,41	--
Despesa Pública Consolidada	1.900.000,00	1.835.571,44	--	1.750.000,00	1.639.190,71	--	1.850.000,00	1.681.665,30	--
Despesa Consolidada Líquida	1.800.000,00	1.738.962,42	--	1.700.000,00	1.592.356,69	--	1.750.000,00	1.590.764,48	--

Nota: O cálculo das metas acima foi realizado considerando-se o seguinte cenário macro-econômico

Variáveis	2022	2023	2024
IPCA real (crescimento % anual)	2,34	2,50	2,50
Despesa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)	6,00	6,50	6,38
Desempenho (R\$/US\$ - Final do ano)	5,26	5,00	5,00
Projeção de inflação (média % anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,51	3,25	3,25
Projeção do PIB do estado - R\$ milhares	0,00	0,00	0,00



SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476
689
Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:0477847689
Dados: 2021.04.14 10:49:55
-03'00'

etodologia de cálculo dos valores constantes

2022	2023	2024
Valor Corrente/1,0351	Valor Corrente/1,0676	Valor Corrente/1,1001


ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal


OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476
689
Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 09:56:42 -03'00'

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

ANEXO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Discriminação	I Previstas (a)	II Realizadas (b)	Variação(II-I)	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	24.149.000,00	19.782.552,38	-4.366.447,62	-18,08
Receita Não-Financeira (I)	23.910.000,00	17.516.711,49	-6.393.288,51	-26,74
Despesa Total	24.149.000,00	15.390.895,52	-8.758.104,48	-36,27
Despesa Não-Financeira (II)	23.873.000,00	14.849.038,03	-9.023.961,97	-37,80
Resultado Primário (III)=(I-II)	37.000,00	2.667.673,46	2.630.673,46	7.109,93
Resultado Nominal	-1.820.467,73	-1.820.467,73	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	3.008.983,79	742.708,44	-2.266.275,35	-75,32
Dívida Consolidada Líquida	445.807,62	-1.820.467,73	-2.266.275,35	-508,35

SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476
689

Assinado de forma digital
por SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 09:57:33
-03'00'

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

ANEXO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as dos Três Exercícios Anteriores art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	15.474.639,84	17.617.105,02	--	25.836.000,00	--	27.384.000,00	--	29.032.000,00	--	30.699.000,00	--
Receitas Primárias(I)	15.451.190,41	17.516.711,49	--	25.584.000,00	--	27.121.000,00	--	28.756.000,00	--	30.410.000,00	--
Despesa Total	14.394.222,52	15.390.895,52	--	25.836.000,00	--	27.384.000,00	--	29.032.000,00	--	30.699.000,00	--
Despesas Primárias(II)	13.900.865,49	14.849.038,03	--	25.192.000,00	--	26.700.000,00	--	28.329.000,00	--	29.989.000,00	--
Resultado Primário(III)=(I-II)	1.550.324,92	2.667.673,46	--	392.000,00	--	421.000,00	--	427.000,00	--	421.000,00	--
Resultado Nominal	-186.352,63	-1.820.467,73	--	1.054.192,38	--	300.000,00	--	-100.000,00	--	50.000,00	--
Receita Pública Consolidada	2.266.275,35	3.008.983,79	--	2.000.000,00	--	1.900.000,00	--	1.750.000,00	--	1.850.000,00	--
Receita Consolidada Líquida	2.266.275,35	445.807,62	--	1.500.000,00	--	1.800.000,00	--	1.700.000,00	--	1.750.000,00	--

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	
Receita Total	16.841.050,54	18.413.398,17	--	25.836.000,00	--	26.455.414,94	--	27.193.705,51	--	27.905.644,94	--	
Receitas Primárias(I)	16.815.530,52	18.308.466,85	--	25.584.000,00	--	26.201.333,20	--	26.935.181,72	--	27.642.941,55	--	
Despesa Total	15.665.232,37	16.086.564,00	--	25.836.000,00	--	26.455.414,94	--	27.193.705,51	--	27.905.644,94	--	
Despesas Primárias(II)	15.128.311,91	15.520.214,55	--	25.192.000,00	--	25.794.609,22	--	26.535.219,18	--	27.260.249,07	--	
Resultado Primário(III)=(I-II)	1.687.218,61	2.788.252,30	--	392.000,00	--	406.723,99	--	399.962,53	--	382.692,48	--	
Resultado Nominal	-202.807,57	-1.902.752,87	--	1.054.192,38	--	289.827,07	--	-93.668,04	--	45.450,41	--	
Receita Pública Consolidada	2.466.387,46	3.144.989,86	--	2.000.000,00	--	1.835.571,44	--	1.639.190,71	--	1.681.665,30	--	
Receita Consolidada Líquida	2.466.387,46	465.958,12	--	1.500.000,00	--	1.738.962,42	--	1.592.356,69	--	1.590.764,48	--	

Metodologia de cálculo dos valores constantes

2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valor Corrente X 1,0883	Valor Corrente X 1,0452	Valor Corrente X 1,0000	Valor Corrente/1,0351	Valor Corrente/1,0676	Valor Corrente/1,1001

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal


OZELTUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476
Dados: 2021.04.14 09:58:17
-03'00"

Município						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2019	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	7.087.443,51	100,00	8.629.290,21	100,00	9.990.291,78	100,00
TOTAL:	7.087.443,51	100,00	8.629.290,21	100,00	9.990.291,78	100,00

Regime Previdenciário						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2019	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Assinado de forma digital por SELMA MAXIMA DO AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 09:58:48 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS art.4º, §2º, inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2019 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO:	$g=(a-d)$	$h=(b-e)+g$	$i=(c-f)+h$
	0,00	0,00	0,00

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal


OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

SELMA MAXIMA DO AMARAL:047784766
Assinado de forma digital por SELMA MAXIMA DO AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 09:59:24 -03'00'

VII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA Art. 4º, §2º, inciso V da LRF

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
ISQU	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	11.000,00	11.000,00	12.000,00	ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISQN	Isenção Caráter não geral	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	12.000,00	12.000,00	13.000,00	ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS
ISQN	Isenção Caráter não geral	INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO	17.000,00	17.000,00	18.000,00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA
TOTAL:			40.000,00	40.000,00	43.000,00	


ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal


OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO AMARAL:04778476
Dados: 2021.04.14 10:04:24 -03'00'

VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO, Art. 4º, §2º, inciso v da LRF

EVENTOS	Valores Previstos para 2022
Aumento Permanente da Receita(a)	0,00
(-)Transferências Constitucionais(b)	0,00
(-)Transferências ao FUNDEB(c)	0,00
Saldo Final do Aumento permanente de Receita(I)=a-(b+c)	0,00
Redução Permanente de Despesa(II)	0,00
Margem Bruta(III)=(I+II)	0,00
Novas DOCC(e)	0,00
Novas DOCC geradas por PPP(f)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta(IV)=(e+f)	0,00
Margem Líquida de expansão de DOCC(V)=(III-IV)	0,00

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

SELMA
MAXIMA DO
AMARAL:0477
8476689

Assinado de forma
digital por SELMA
MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14
10:05:53 -03'00'

2022

PASSIVOS CONTINGENTES		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Demandas Judiciais	40.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	10.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Assunção de Passivos	30.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR DE RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
SUBTOTAL:	80.000,00	SUBTOTAL:	80.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		Providências	
descrição	valor	descrição	valor
Outros Riscos Fiscais	850.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS.	850.000,00
Outros Riscos Fiscais	5.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
Outros Riscos Fiscais	750.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E LIMITAÇÕES DE EMPENHO	750.000,00
Outros Riscos Fiscais	10.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
SUBTOTAL:	1.615.000,00	SUBTOTAL:	1.615.000,00

TOTAL:	1.695.000,00	TOTAL:	1.695.000,00
---------------	---------------------	---------------	---------------------

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

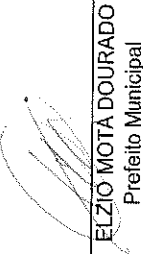
SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

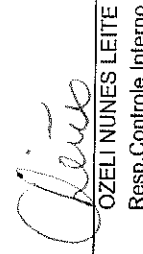
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778
476689

Assinado de forma
digital por SELMA
MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14
10:06:24 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA	PREVISÃO		
	2018	2019	2020	2021		2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	16.065.270,71	17.616.249,68	19.465.475,38	23.837.000,00	25.261.600,00	26.776.200,00	28.314.000,00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	199.911,37	196.584,67	254.853,20	458.000,00	484.000,00	512.000,00	540.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	104.652,41	100.754,26	85.356,81	163.000,00	173.000,00	184.000,00	195.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	19.747,01	23.449,43	100.393,53	228.000,00	238.000,00	250.000,00	262.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	135.000,00	144.000,00	153.000,00	162.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.980.237,88	17.027.203,30	18.705.230,85	22.744.000,00	24.107.600,00	25.556.200,00	27.028.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	760.722,04	268.258,02	319.640,99	109.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL	225.748,20	55.927,40	317.077,00	4.600.000,00	4.879.000,00	5.176.000,00	5.473.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.508,89	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	170.239,31	55.927,40	317.077,00	4.575.000,00	4.853.000,00	5.149.000,00	5.445.000,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-2.016.089,64	-2.197.537,24	-2.165.447,36	-2.601.000,00	-2.756.600,00	-2.920.200,00	-3.088.000,00	
EDUCAÇÃO DA RECEITA	14.274.929,27	15.474.639,84	17.617.105,02	25.836.000,00	27.384.000,00	29.032.000,00	30.699.000,00	
TOTAL:								


ELZIO MOTÁ DOURADO
Prefeito Municipal


OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:0477847668
9
Dados: 2021.04.14 10:06:57 -03'00'

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZAS DE DESPESAS	EXECUTADA				ORÇADA	PREVISÃO			
	2018	2019	2020	2021		2022	2023	2024	
DESPESAS CORRENTES	14.070.600,98	13.819.589,38	14.233.147,94	19.906.000,00		21.092.000,00	22.379.000,00	23.922.000,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.886.067,12	8.274.382,46	8.400.324,70	11.600.000,00		12.308.000,00	13.059.000,00	14.130.000,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	151.243,93	39.247,27	24.000,00	44.000,00		47.000,00	50.000,00	62.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.033.289,93	5.505.959,65	5.808.823,24	8.262.000,00		8.737.000,00	9.270.000,00	9.730.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	670.573,17	574.633,14	1.157.747,58	5.700.000,00		6.048.000,00	6.394.000,00	6.488.000,00	
INVESTIMENTOS	531.505,21	120.523,38	639.890,09	5.100.000,00		5.411.000,00	5.741.000,00	5.840.000,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	139.067,96	454.109,76	517.857,49	600.000,00		637.000,00	653.000,00	648.000,00	
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	230.000,00		244.000,00	259.000,00	289.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	230.000,00		244.000,00	259.000,00	289.000,00	
TOTAL	14.741.174,15	14.394.222,52	15.390.895,52	25.836.000,00		27.384.000,00	29.032.000,00	30.699.000,00	

Assinatura
OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 10:07:28 -03'00'

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS(OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)							
RECEITA TOTAL	14.199.673,37	15.451.190,41	17.516.711,49	25.584.000,00	27.121.000,00	28.756.000,00	30.410.000,00
RECEITAS CORRENTES	14.274.929,27	15.474.639,84	17.617.105,02	25.836.000,00	27.384.000,00	29.032.000,00	30.699.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.065.270,71	17.616.249,68	19.465.475,38	23.837.000,00	25.261.600,00	26.776.200,00	28.314.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	199.911,37	196.584,67	254.853,20	458.000,00	484.000,00	512.000,00	540.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	104.652,41	100.754,26	85.356,81	163.000,00	173.000,00	184.000,00	195.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	19.747,01	23.449,43	100.393,53	228.000,00	238.000,00	250.000,00	262.000,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	19.747,01	23.449,43	100.393,53	228.000,00	238.000,00	250.000,00	262.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.980.237,88	17.027.203,30	18.705.230,85	22.744.000,00	24.107.600,00	25.556.200,00	27.028.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	760.722,04	268.258,02	319.640,99	109.000,00	115.000,00	121.000,00	127.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	225.748,20	55.927,40	317.077,00	4.600.000,00	4.879.000,00	5.176.000,00	5.473.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.508,89	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	170.239,31	55.927,40	317.077,00	4.575.000,00	4.853.000,00	5.149.000,00	5.445.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.016.089,64	-2.197.537,24	-2.165.447,36	-2.601.000,00	-2.756.600,00	-2.920.200,00	-3.088.000,00
DEDUÇÕES	75.255,90	23.449,43	100.393,53	252.000,00	263.000,00	276.000,00	289.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	19.747,01	23.449,43	100.393,53	228.000,00	238.000,00	250.000,00	262.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.508,89	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	23.000,00	24.000,00	25.000,00	26.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS(OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS)	14.450.862,26	13.900.865,49	14.849.038,03	25.192.000,00	26.700.000,00	28.329.000,00	29.989.000,00
ESPESA TOTAL	14.741.174,15	14.394.222,52	15.390.895,52	25.836.000,00	27.384.000,00	29.032.000,00	30.699.000,00

U-298

MÁXIMA ASSESSORIA E CONSULTORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES	14.070.600,98	13.819.589,38	14.233.147,94	19.906.000,00	21.092.000,00	22.379.000,00	23.922.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.886.067,12	8.274.382,46	8.400.324,70	11.600.000,00	12.308.000,00	13.059.000,00	14.130.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	151.243,93	39.247,27	24.000,00	44.000,00	47.000,00	50.000,00	62.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.033.289,93	5.505.959,65	5.808.823,24	8.262.000,00	8.737.000,00	9.270.000,00	9.730.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	670.573,17	574.633,14	1.157.747,58	5.700.000,00	6.048.000,00	6.394.000,00	6.488.000,00
INVESTIMENTOS	531.505,21	120.523,38	639.890,09	5.100.000,00	5.411.000,00	5.741.000,00	5.840.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	139.067,96	454.109,76	517.857,49	600.000,00	637.000,00	653.000,00	648.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	230.000,00	244.000,00	259.000,00	289.000,00
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	230.000,00	244.000,00	259.000,00	289.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES	290.311,89	493.357,03	541.857,49	644.000,00	684.000,00	703.000,00	710.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	151.243,93	39.247,27	24.000,00	44.000,00	47.000,00	50.000,00	62.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	139.067,96	454.109,76	517.857,49	600.000,00	637.000,00	653.000,00	648.000,00
Resultado Primário:	-251.188,89	1.550.324,92	2.667.673,46	392.000,00	421.000,00	427.000,00	421.000,00



OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal


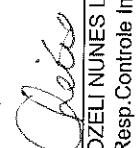
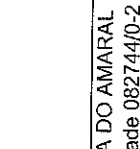
SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL-04778476689
Dados: 2021.04.14 10:47:29 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA(I)	2.266.275,35	3.008.983,79	2.000.000,00	1.900.000,00	1.750.000,00	1.850.000,00
DEDUÇÕES(II)	0,00	2.563.176,17	500.000,00	100.000,00	50.000,00	100.000,00
Ativo Disponível	1.414.426,64	2.811.487,82	1.200.000,00	1.300.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
(-) Restos A Pagar Processados	1.512.965,68	248.311,65	1.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	2.266.275,35	445.807,62	1.500.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.750.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(III+IV-V)	2.266.275,35	445.807,62	1.500.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.750.000,00
Resultado Nominal:	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	-186.352,63	-1.820.467,73	1.054.192,38	300.000,00	-100.000,00	50.000,00

) Refere-se ao valor da dívida consolidada líquida de 2018(2.452.627,98)

 ELZIO MOTA DOURADO Prefeito Municipal	 OZELI NUNES LEITE Resp. Controle Interno	 SELMA MAXIMA DO AMARAL Resp. Contabilidade 082744/0-2
---	--	---

SELMA MAXIMA DO
AMARAL:047784766
89

Assinado de forma digital
por SELMA MAXIMA DO
AMARAL:04778476689
Dados: 2021.04.14 10:48:03
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
VIDA CONSOLIDADA(I)							
Dívida Mobiliária	2.452.627,98	2.266.275,35	3.008.983,79	2.000.000,00	1.900.000,00	1.750.000,00	1.850.000,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS(II)							
Ativo Disponível	2.452.627,98	2.266.275,35	3.008.983,79	2.000.000,00	1.900.000,00	1.750.000,00	1.850.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.563.176,17	500.000,00	100.000,00	50.000,00	100.000,00
(-) Restos A Pagar Processados	1.066.715,26	1.414.426,64	2.811.487,82	1.200.000,00	1.300.000,00	1.250.000,00	1.300.000,00
	410.015,54	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
	2.289.873,77	1.512.965,68	248.311,65	1.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA= (I-II):	2.452.627,98	2.266.275,35	445.807,62	1.500.000,00	1.800.000,00	1.700.000,00	1.750.000,00

 **ELZIO MOTA DOURADO**
Prefeito Municipal

 **OZELI NUNES LEITE**
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO AMARAL:04778476
Dados: 2021.04.14 10:48:48 -03'00'

ESPECIFICAÇÃO

A hand-drawn diagram of a cell. It features a large, irregular outer boundary representing the cell membrane. Inside, there is a smaller, more rounded structure labeled 'Nucleus' which contains a 'Nucleolus'. Surrounding the nucleus are several elongated, oval structures with internal lines, representing the rough endoplasmic reticulum. To the right of the nucleus is a stack of three flattened, oval sacs representing the Golgi apparatus. Arrows indicate the flow of materials from the nucleus through the ER to the Golgi and then out of the cell.

Handwritten signature

DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA		PREVISÃO	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
SPESAS CORRENTES	14.070.600,98	13.819.589,38	14.233.147,94	19.906.000,00	21.092.000,00	22.379.000,00	23.922.000,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.886.067,12	8.274.382,46	8.400.324,70	11.600.000,00	12.308.000,00	13.059.000,00	14.130.000,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	151.243,93	39.247,27	24.000,00	44.000,00	47.000,00	50.000,00	62.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.033.289,93	5.505.959,65	5.808.823,24	8.262.000,00	8.737.000,00	9.270.000,00	9.730.000,00	
SPESAS DE CAPITAL	670.573,17	574.633,14	1.157.747,58	5.700.000,00	6.048.000,00	6.394.000,00	6.488.000,00	
INVESTIMENTOS	531.505,21	120.523,38	639.890,09	5.100.000,00	5.411.000,00	5.741.000,00	5.840.000,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	139.067,96	454.109,76	517.857,49	600.000,00	637.000,00	653.000,00	648.000,00	
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	230.000,00	244.000,00	259.000,00	289.000,00	
RESERVA CONTINGÊNCIA/RES. RPPS	0,00	0,00	0,00	230.000,00	244.000,00	259.000,00	289.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL:	14.741.174,15	14.394.222,52	15.390.895,52	25.836.000,00	27.384.000,00	29.032.000,00	30.699.000,00	

Handwritten signature

ELZIO MOTA DOURADO
Prefeito Municipal

OZELI NUNES LEITE
Resp. Controle Interno

SELMA MAXIMA DO AMARAL
Resp. Contabilidade 082744/0-2

SELMA MAXIMA DO
Assinado de forma digital por
SELMA MAXIMA DO
AMARAL:047784766
Dados: 2021.04.14 10:49:12 -03'00'

89